



RELATÓRIO DE GESTÃO

PRESTAÇÃO DE CONTAS

EXERCÍCIO DE 2022

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	4
1.1. O Enquadramento Legal.....	4
1.2. Enquadramento Macroeconómico.....	6
1.2.1. A Nível Internacional e Europeu.....	7
1.2.2. A Nível Nacional.....	12
2. ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO	18
2.1. Assembleia Municipal de Tondela – órgão deliberativo	18
2.2. Câmara Municipal de Tondela – órgão executivo.....	21
3. PARTICIPAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TONDELA	22
3.1. Participações Societárias em 31 de dezembro de 2021	22
3.2. Outras Participações em 31 de dezembro de 2021 – Não Societárias.....	24
4. ESTRUTURA ORGÂNICA DO MUNICÍPIO.....	28
5. RECURSOS HUMANOS	29
6. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.....	30
6.1. Orçamento	32
6.1.1. Orçamento da Receita	33
6.1.1.1. Evolução da Receita.....	33
6.1.1.2. Receitas Correntes	34
6.1.1.3. Receitas De Capital.....	35
6.1.2. Orçamento da Despesa	36
6.1.2.1. Evolução da Despesa	36
6.1.2.2. Despesa Corrente	37
6.1.2.3. Despesa de Capital	38
6.2. Grandes Opções do Plano.....	39
7. INDICADORES GERAIS DE ATIVIDADE.....	41
7.1. Análise da Situação Económica e Financeira.....	43
7.1.1. Situação Financeira	43
7.1.1.1. Análise Balanço	43
7.1.1.2. Análise Demonstração de Resultados	44
7.1.2. Outros Assuntos	46
7.1.2.1. Pagamentos em atraso.....	46
7.1.2.2. Compromissos futuros	46
7.1.2.3. Dívida Total	47
8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	48

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
-------------------------------------	-----------

1. INTRODUÇÃO

1.1. O Enquadramento Legal

O Município de Tondela aplicou o novo normativo contabilístico SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas), aprovado pelo DL 192/2015 de 11 de setembro, para o ano económico de 2022.

É nesse âmbito, que o Executivo Municipal apresenta, nos termos da alínea i) do n.º 1 do Art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os Documentos de Prestação de Contas, cabendo à Assembleia Municipal a sua apreciação e votação, em conformidade com o disposto na alínea l) do n.º 2 do Artigo 25.º da mesma Lei.

Os Documentos de Prestação de Contas foram elaborados em obediência às Normas de Contabilidade Pública (NCP) anexas ao SNC-AP, à Instrução n.º 1/2019-PG do Tribunal de Contas - Prestação de contas das entidades sujeitas à jurisdição e aos poderes de controlo do Tribunal de Contas (TC), para a organização e documentação das contas das entidades incluídas no âmbito de aplicação do SNC -AP, publicada no DR II.ª Série, n.º 46, de 6 de março e à Resolução n.º 2/2020 do Tribunal de Contas - Prestação de contas relativas ao ano de 2020 e gerências partidas de 2021, publicada na IIª Serie, n.º 248 de 23 de dezembro.

Em conformidade com o SNC-AP e a Instrução n.º 1/2019-PG do Tribunal de Contas, resultam para o Município de Tondela, e como elementos de prestação de contas, as demonstrações financeiras e as demonstrações orçamentais elencadas no Anexo A.1 à referida Instrução 1/2019, descritas no quadro seguinte.

Descrição do documento de prestação de contas - SNC-AP integral	
Demonstrações financeiras (individuais)	
Balanço	NCP 1
Demonstração de resultados por natureza	NCP 1
Demonstração das alterações no património líquido	NCP 1
Demonstração dos fluxos de caixa	NCP 1
Anexo às demonstrações financeiras	NCP 1
Demonstrações orçamentais	
<i>Demonstrações previsionais</i>	
Orçamento e Plano Orçamental Plurianual	NCP 26
Plano plurianual de investimentos (PPI)	NCP 26
<i>Demonstrações de relato (individuais)</i>	

Demonstração de desempenho orçamental	NCP 26
Demonstração de execução orçamental da receita	NCP 26
Demonstração de execução orçamental da despesa	NCP 26
Demonstração da execução do plano plurianual de investimentos	NCP 26
Anexo às demonstrações orçamentais	NCP 26
1. Alterações orçamentais da receita	NCP 26
2. Alterações orçamentais da despesa	NCP 26
3. Alterações ao plano plurianual de investimentos	NCP 26
4. Operações de tesouraria	NCP 26
5.1 Contratação administrativa - situação dos contratos	NCP 26
5.2 Contratação administrativa - adjudicações por tipo de procedimento	NCP 26
6.1 Transferências e subsídios concedidos	NCP 26
6.2 Transferências e subsídios recebidos	NCP 26
7. Outras divulgações	NCP 26
Dívidas a terceiros por antiguidade dos saldos	Norma Técnica 1/2017
Encargos contratuais	Norma Técnica 1/2017

A que acresce os documentos genéricos e específicos para a Administração Local, definidos nos respetivos Anexos A.4 e A.5 da Instrução 01/2019 do Tribunal de Contas.

O Relatório de Gestão integra o conjunto dos documentos de prestação de contas, e visa interpretar e explicitar as demonstrações orçamentais e financeiras, bem como o desempenho da gestão na execução da sua estratégia, com a finalidade de proporcionar uma imagem verdadeira e adequada das contas públicas, através de informação que seja útil e compreensível por parte dos diversos stakeholders.

Por conseguinte, o relatório de gestão deve fornecer uma exposição fiel e clara das questões, transações e eventos mais significativos, apresentados nas demonstrações financeiras das entidades, bem como, os fatores que exerceram maior influência sobre os mesmos.

Por mais que Município de Tondela se tenha empenhado na implementação das normas contabilistas estabelecidas no DL 192/2015 de 11 de setembro, nem todas tiveram o tratamento contabilístico na conta de 2022, conforme explicado no Anexo às Demonstrações Financeiras (notas 4 – Contratos de Concessão e Nota 5 – Ativos Fixos Tangíveis).

1.2. Enquadramento Macroeconómico

O ano de 2022 marcou o início da Guerra na Ucrânia. Após o esperado primeiro ano de recuperação pós-COVID-19, o mundo assistiu, em choque, à invasão da Ucrânia pela Rússia, o que teve como consequência a deterioração natural do comércio mundial.

A Ucrânia, responsável por 10% a 15% da produção mundial de alguns dos principais cereais, viu grande parte do seu território destruído e vive atualmente uma alteração demográfica provocada pelo recrutamento obrigatório da população masculina, cujo impacto será multifatorial.

As sanções impostas à Rússia pelos principais mercados internacionais conduziram a retaliações, nomeadamente ao corte do abastecimento de combustível e gás ao Ocidente. A destruição da Ucrânia e a exclusão económica da Rússia fizeram disparar os preços mundiais, o que por sua vez levou a níveis históricos de inflação.

Enquanto o mundo lidava com os impactos da guerra, o vírus COVID-19 continuava a afetar as populações. Embora isso não tenha impedido a maioria dos países de flexibilizar as medidas de combate à pandemia, houve alguns que não seguiram esta tendência, como é o caso da China, que chegou a adotar uma política de "Zero Covid" que restringia a liberdade de movimento dos cidadãos.

O ano ficou ainda marcado por diversos solavancos políticos, sociais e culturais em todo o mundo. No Reino Unido, o mandato do primeiro-ministro Boris Johnson terminou antecipadamente e Liz Truss ocupou o cargo durante apenas 50 dias antes de ser substituída por Rishi Sunak, num carrossel político que parou apenas para o luto pela morte da rainha Isabel II, que ocupou o trono por 70 anos. Os Estados Unidos também enfrentaram várias ondas de manifestações, principalmente devido às mudanças nas leis de aborto e aos desastres causados pelos tiroteios em escolas. No Irão, subiu o tom de contestação às leis sobre as mulheres após a morte de Mahsa Amini, de 16 anos, às mãos da "polícia moral" deste

país, indignação que se constata também no Afeganistão, onde, na reta final do ano, as mulheres foram proibidas de trabalhar e de estudar em universidades.

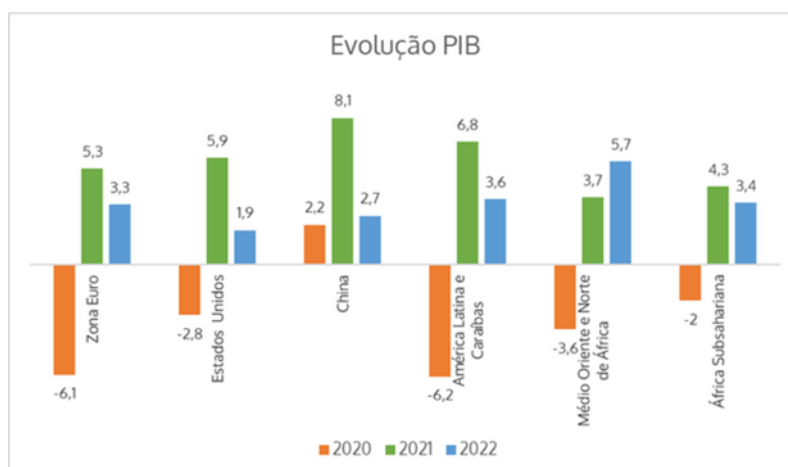
Num ano já difícil, foi ainda necessário arranjar tempo para lidar com as alterações climáticas enquanto vários países enfrentavam tempestades, secas e cheias históricas.

1.2.1. A Nível Internacional e Europeu

MUNDO

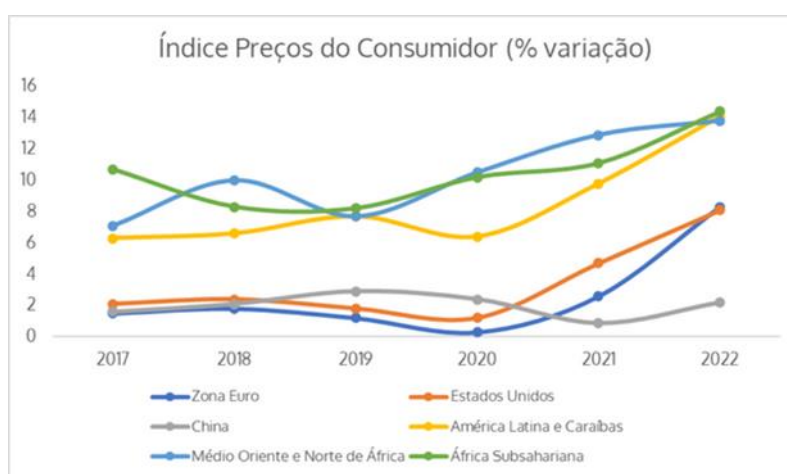
Em 2022, a economia global enfrentou diversos desafios. A guerra na Ucrânia afetou as cadeias de abastecimento, em especial a produção de cereais no país e o fornecimento de gás pela Rússia. Além disso, houve um aumento significativo da inflação, bem como uma valorização do dólar americano em relação a outras moedas, o que prejudicou principalmente as economias emergentes e em desenvolvimento.

Outro grande desafio para a economia mundial foi o enfraquecimento do crescimento econômico da China, afetada pela pandemia de COVID-19 e pela instabilidade no mercado imobiliário, do qual depende fortemente. As políticas de "Zero Covid" adotadas pelo governo chinês levaram a restrições severas à mobilidade dos cidadãos, afetando a economia do país. Já a instabilidade no mercado imobiliário chinês foi intensificada por algumas políticas recentes adotadas pelo governo.



Conforme demonstrado no gráfico acima, as previsões do Worldbank indicam uma significativa diminuição do crescimento do PIB em quase todas as principais regiões globais, com exceção do Médio Oriente e Norte de África. Esta região apresenta um comportamento atípico devido, principalmente, à exportação de petróleo e a um impacto menor do que o esperado da guerra na Ucrânia na região.

Em contrapartida, há um acentuado aumento da inflação. É importante destacar que, em 2021, a inflação atingiu níveis históricos em países como os EUA, não registados desde 1968.

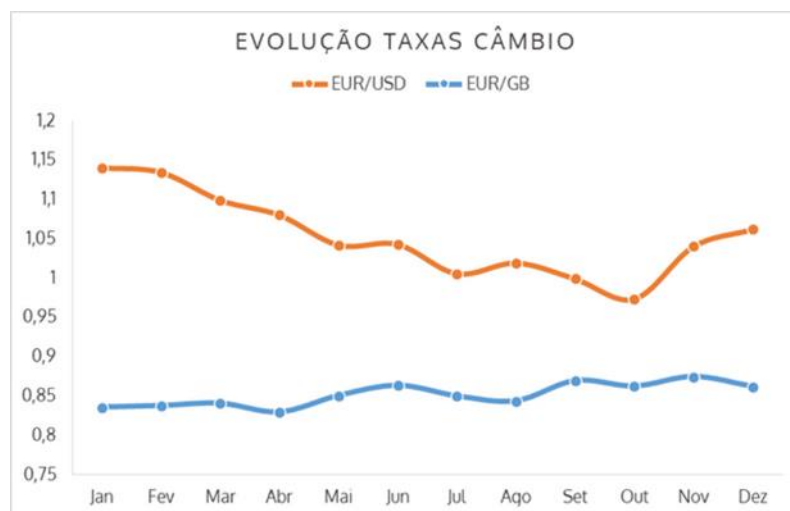


Prevê-se um aumento da inflação mundial de 4,7% em 2021 para 8,8% em 2022, o que significa que as famílias têm menos poder de compra, uma vez que os seus salários não acompanham o aumento dos preços. Várias regiões têm implementado medidas para controlar a inflação, incluindo aumentos nas taxas de juros, o que tem afetado setores como o imobiliário, onde as famílias têm visto as taxas de juros dos seus empréstimos aumentarem. Existe a preocupação de que as medidas para combater a inflação possam levar a uma maior rigidez nos mercados financeiros e ter um impacto negativo nos mercados de dívida externa.

O desemprego tem sido um indicador económico que se comportou de forma diferente dos outros em 2021. Embora a economia global parecesse estar a recuperar, a taxa de desemprego aumentou. No entanto, em 2022, quando essa recuperação foi interrompida, a taxa de desemprego começou a cair. Em 2021, a zona euro registou uma taxa de desemprego de 6,9% (dados do FMI de outubro de 2022), que caiu para 6,1% em 2022 (dados do FMI de outubro de 2022), uma queda de 0,8 pontos percentuais. Nos Estados Unidos, a taxa de

desemprego foi de 5,4% em 2021 (dados do FMI de outubro de 2022) e caiu para 3,7% em 2022 (dados do FMI de outubro de 2022), uma queda de 1,7 pontos percentuais. A explicação para essa queda não é simples e envolve a reabertura das economias, o que levou à retomada da atividade de várias empresas, o impacto das mudanças nas dinâmicas de trabalho causadas pela pandemia, como o aumento do teletrabalho, que ampliou o mercado potencial de contratações e outros fatores.

Por fim, é importante destacar a queda do valor do euro em relação ao dólar observada durante o ano de 2022, onde pela primeira vez desde 2005, o valor do euro caiu abaixo do valor do dólar.



Na vertente não financeira, continuam a existir muitos desafios. As economias avançadas estão a enfrentar uma crise demográfica à medida que as populações envelhecem e novos recordes de baixas taxas de natalidade são estabelecidos em países como o Japão. Este envelhecimento já é um fardo para os sistemas sociais de muitas economias e espera-se que se agrave.

A crise climática tem causado sérios impactos em todo o mundo, com a ocorrência de eventos climáticos extremos cada vez mais comuns. Entre estes fenómenos, destacam-se as secas severas que têm afetado grande parte da Europa e que se estima terem custado 20 mil milhões de euros em prejuízos. As tempestades tropicais nos EUA também têm causado

muitos estragos, sendo que a tempestade *Ian* é estimada ter causado prejuízos de 100 mil milhões de euros. A China tem sofrido com inundações e secas espalhadas por diferentes regiões, totalizando prejuízos de 15 mil milhões de euros. As inundações no Paquistão causaram uma crise humanitária, submergindo 10% do país, enquanto a seca no Brasil foi severa e o furacão Fiona em Porto Rico deixou 13.000 pessoas desalojadas e 90% da população sem água e eletricidade, somando perdas totais de 3 mil milhões de euros.

EUROPA

Assim como outras regiões, a Europa enfrentou instabilidade econômica mundial. A guerra na Ucrânia e a deterioração das relações com a Rússia geraram grande instabilidade no preço da energia, que, embora tenha caído na reta final do ano, ainda se mostra bastante volátil. A inflação disparou, sendo o setor alimentar o mais afetado, preocupando governantes à medida que mais e mais famílias têm dificuldades em colocar comida na mesa. O FMI estima que o PIB europeu registre um crescimento de 2,9% em 2022, uma queda em comparação com os 5,9% de 2021.

O maior desafio enfrentado pela Europa em 2022 foi a inflação, com o Banco Central Europeu prevendo que a inflação média do ano atinja 8,4%, sendo que os preços dos alimentos e da energia têm sido os principais responsáveis por essa alta. Os níveis de procura acima do normal, causados pelo desbloqueio das poupanças acumuladas durante a pandemia, também contribuíram para o aumento dos preços. Ao longo do ano, em particular na segunda metade de 2022, os constrangimentos das cadeias logísticas diminuíram, contribuindo para conter o aumento da inflação na economia europeia.

Tanto o consumo público como o privado aumentaram, com o primeiro crescendo 1,8% e o último 3,8% (dados de outubro do FMI), sendo que o aumento se deve ao consumo de serviços, um setor que continua impulsionado pela reabertura da economia. Por outro lado, o setor de bens de consumo caiu durante todo o ano.

Quanto ao desemprego, no início do ano, a Zona Euro registou uma taxa de desemprego de 6,9%, que caiu para 6,5% em novembro do mesmo ano. As mulheres continuam sendo as mais afetadas pelo desemprego, com uma taxa média de desemprego ao longo do ano na ordem dos 7,2%. Enquanto isso, a taxa média entre os homens foi de 6,3%. A taxa registrada no final do ano é inferior à registrada em fevereiro de 2020, que muitos especialistas consideram ser o último mês pré-pandemia. O mercado de trabalho deve encerrar o ano de 2022 com um crescimento de 1,8%, demonstrando resiliência diante das atuais circunstâncias macroeconômicas.

PRINCIPAIS MERCADOS ESTRANGEIROS

CHINA

De acordo com a OCDE, o crescimento do PIB da China desacelerou significativamente, passando de 8% em 2021 para 3,3% em 2022. Esse resultado foi influenciado por políticas sanitárias altamente restritivas do governo, secas graves, perturbações no mercado imobiliário e tensões sociais internas e geopolíticas com vizinhos.

O desemprego teve um ligeiro aumento, de 4% em 2021 para 4,2% em 2022, principalmente devido ao abrandamento considerável da economia interna após o governo ter implementado a sua política "Zero Covid".

A previsão é que o consumo doméstico aumente 4,9% em 2023 e 4% em 2024, enquanto o índice de preços ao consumidor deve subir 2,2% em 2023 e 2% em 2024, segundo dados da OCDE. Ao contrário de muitos países, a China não sentiu um impacto significativo da guerra na Ucrânia, devido às suas relações limitadas com os países envolvidos e à sua política econômica protecionista. Além disso, a China é pouco dependente de importações de alimentos, o que fez com que a inflação fosse menos intensa do que em outros países.

EUA

A OCDE estima que a economia dos EUA crescerá 1,8% em 2022, após um crescimento de 5,7% em 2021. Esse resultado é semelhante ao de outras regiões do mundo. A taxa de desemprego em 2021 foi de 5,4%, e as previsões apontam para que caia para 3,7% em 2022.

Prevê-se que o consumo privado aumente apenas 2,4% em 2022, em comparação com o aumento de 7,9% registrado em 2021. No entanto, é importante destacar que o aumento de 2021 foi influenciado pela queda de 3,8% em 2020. Mesmo assim, o crescimento de 2022 é 0,2 pontos percentuais superior ao de 2019, embora esteja abaixo das expectativas pós-pandemia. O consumo público deve diminuir 0,9%.

A inflação também afetou os EUA, com o IPC subindo 8,1% em relação ao ano anterior, de acordo com dados do FMI. Isso mostra que a inflação foi, de fato, o grande inimigo econômico das principais economias desenvolvidas em 2022.

1.2.2. A Nível Nacional

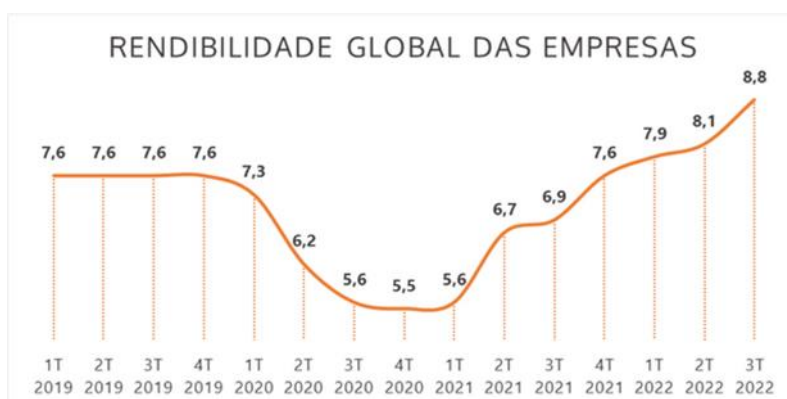
É importante destacar que, no primeiro semestre de 2022, Portugal experimentou um crescimento econômico significativo, impulsionado principalmente pelo forte aumento do turismo estrangeiro que levou as exportações de serviços a atingirem níveis pré-pandemia. De fato, essas exportações aumentaram 70% em relação ao ano anterior (dados da Comissão Europeia), tornando-se um forte fator de crescimento.

No entanto, é importante notar que, trimestralmente, o crescimento do PIB desacelerou significativamente em relação ao ano anterior, passando de 2,4% no primeiro trimestre para 0,1% no segundo. Apesar disso, as exportações de bens e serviços mantiveram-se fortes no segundo trimestre, e o consumo privado continuou a crescer, embora a um ritmo mais lento. Por outro lado, o investimento diminuiu significativamente, 3,7% (em relação ao trimestre anterior), reflexo de uma quebra de confiança das empresas e do aumento do preço dos produtos/serviços, especialmente a energia, e aumento das taxas de juros.

Com base nas últimas previsões do Banco de Portugal, Portugal deverá registar um crescimento do PIB de 6,8% em 2022. Esse crescimento é atribuível em grande parte ao crescimento do setor do turismo, que foi muito auxiliado pelo levantamento das restrições de mobilidade do COVID-19.

O crescimento de 5,9% do consumo interno e o aumento de 4% do consumo público foram fatores importantes para o crescimento do PIB. As exportações também cresceram 17,7%, principalmente no setor de serviços, enquanto as importações cresceram 11,1%.

A rentabilidade do ativo das empresas privadas subiu para 9,1% em 2022, enquanto a rentabilidade das empresas públicas estabilizou em -0,6%, o que representa um aumento em relação aos -3,3% registados em 2021.



O aumento da rentabilidade das empresas privadas foi generalizado e transversal à maioria dos setores, exceto no setor de eletricidade e água. Em relação a 2021, a rentabilidade das micro, pequenas e médias empresas aumentou de 6,8% para 8,6%, enquanto a rentabilidade das grandes empresas aumentou de 9% para 11,1%.

A autonomia financeira das empresas aumentou para 41,1% no terceiro trimestre de 2022, comparando com os 40,2% do mesmo período de 2021. Este aumento foi transversal à maioria dos setores, exceto no setor de energia e água, onde a autonomia se manteve ou reduziu. Em relação à dimensão das empresas, as PME registaram um aumento da autonomia financeira

de 39,8% para 42%, enquanto as grandes empresas registaram uma redução deste rácio de 35,9% para 34%. No setor público, a autonomia financeira aumentou de 28,2% para 32,2%.

O investimento empresarial abrandou para 1,3% em 2022, devido ao contexto de elevada incerteza. Contribuíram para tal as restrições de abastecimento, nomeadamente materiais e mão-de-obra, o aumento dos custos de produção, em grande parte devido à inflação, a rigidez das condições de financiamento e o abrandamento da procura.

O setor da habitação registou uma quebra acentuada no investimento, de 12,2% em 2021 para 0,3% em 2022, devido ao aumento das taxas de juro do crédito à habitação e à falta de crescimento dos rendimentos das famílias.

No que diz respeito ao desemprego, segundo dados do Banco de Portugal, a taxa diminuiu 0,7 pontos percentuais de 2021 para 2022, prevendo-se que termine o ano nos 5,9%, o que representa cerca de 305,8 mil pessoas. Muitas empresas têm reportado dificuldades históricas no recrutamento de mão-de-obra qualificada nos principais setores de atividade. Relativamente à dinâmica laboral, 17% da população empregada (836,7 mil) encontra-se atualmente em regime de teletrabalho. Destes, cerca de 31,5% estão em regime de trabalho totalmente remoto, enquanto os restantes estão em regime híbrido, em que a média de dias em casa é de 3 dias. No que diz respeito aos jovens com idades entre os 16 e os 24 anos, a taxa de desemprego é de 18,8%.

De acordo com a projeção do Banco de Portugal, tanto o consumo privado como o consumo público aumentaram 5,9% e 2%, respetivamente, tendo o Índice Harmonizado de Preços no Consumidor registado uma taxa média de variação de 8,1%.

Em Portugal, a inflação disparou e atingiu 9,5% no terceiro trimestre do ano, de acordo com dados da Comissão Europeia, refletindo os preços elevados da energia que se alastraram para os restantes setores. Além disso, o prolongado período de seca que o país enfrentou levou a um aumento de 18,1% nos preços dos produtos alimentares não processados, 5,4 pontos percentuais acima da média europeia. Estima-se que a inflação média anual seja de 8%.

Segundo dados da OCDE, a dívida pública portuguesa no final de 2022 deverá ser de 279.319 milhões de euros, o que representa 115,9% do PIB, uma redução de 9,6 pontos percentuais em relação ao final de 2021. É importante salientar que as previsões mais favoráveis em 2021 apontavam para um valor de 119%, o que significa que os resultados obtidos foram melhores do que o esperado.

No que diz respeito à evolução do mercado imobiliário, o setor manteve-se ativo em 2022, com uma maior procura por imóveis para arrendamento, impulsionada pela necessidade de flexibilidade por parte das famílias e pelo aumento do turismo interno. Contudo, assistiu-se a uma redução na procura por imóveis para compra, devido ao aumento dos preços e à redução da oferta. Os preços dos imóveis continuaram a subir, registando-se um aumento médio de 11,8%, o que representa um abrandamento face ao aumento de 15,8% registado em 2021.

É importante salientar que o contexto pandémico e a escalada da Guerra na Ucrânia continuam a ter um impacto significativo na economia e na sociedade em geral. Apesar dos progressos no combate à pandemia, a incerteza e a volatilidade persistem, o que exige uma abordagem cautelosa e flexível por parte das empresas e das autoridades governamentais. A implementação de políticas económicas e sociais adequadas e a colaboração entre diferentes setores serão essenciais para assegurar uma recuperação sustentável e equitativa da economia portuguesa nos próximos anos, tendo em conta os potenciais impactos da Guerra na Ucrânia.

À semelhança do que acontece por todo o território nacional, o Município de Tondela, é atingido por estes dois acontecimentos, num momento em que toda a sociedade em geral e a economia em particular, previam iniciar um período de recuperação económica no pós pandemia.

O ano de 2022 inicia-se em sobressalto, num profundo clima de instabilidade e imprevisibilidade.

O conflito armado na Ucrânia cria um quadro económico, social e geopolítico de imprevisibilidade, que impele para uma reflexão profunda sobre as suas consequências.

Os mercados reagem abruptamente, perante o aumento da incerteza e do risco geopolítico, com efeitos negativos sobre os mercados financeiros e sobre a confiança dos agentes.

As pressões inflacionistas intensificam-se abruptamente limitando de forma profundo o dinamismo económico na área do euro, e em Portugal em particular.

O impacto do conflito agrava a subida de preços das matérias-primas energéticas e de diversos bens primários, agindo negativamente sobre a atividade económica, originando a uma retração do investimento, principalmente nos mercados do Norte da Europa.

A confiança das famílias e dos empresários reduz por força da turbulência nos mercados financeiros, bem como na sequência dos efeitos das sanções impostas à Rússia sobre os fluxos comerciais e financeiros.

Torna-se imperioso uma reavaliação das projeções económicas e financeiras, por força da deterioração das perspetivas de crescimento da economia global no curto prazo e maiores pressões inflacionistas, originada pela invasão da Ucrânia pela.

O conflito implicou uma intensificação da subida dos preços do petróleo e do gás nos mercados internacionais, o que reflete a importância da Rússia no fornecimento destas matérias-primas.

O condicionamento provocado pela pandemia associado ao aumento dos preços das matérias-primas, contribui para manter elevada a inflação global em 2022.

Apesar das consequências das medidas de proteção sanitária na atividade empresarial se sentirem cada vez menos, o que é certo é que assistimos ainda durante 2022 a fortes perturbações provocadas pelo COVID-19, na gestão de recursos humanos.

A dificuldade em constituir equipas de trabalho estáveis, associada à uma escalada de preços de matérias primas origina uma clara diminuição no ritmo da execução de inúmeras intervenções que se encontram a decorrer, principalmente as dependentes de matérias primas derivadas de petróleo, como é o caso das diversas intervenções no domínio das pavimentações e a um acréscimo de custos com custos energéticos e de transportes.

A inflação apresenta números galopantes, afetando de forma transversal todos os setores económicos, influenciando profundamente o desempenho e concretização das atividades do município.

Processos como um simples procedimento para compra de refeições escolares ou de transportes tornam-se extremamente morosos, pela constante alteração dos preços, verificando-se muitas vezes que os concursos ficam desertos, obrigando a uma nova abertura.

Por outro lado, e ainda consequente á alteração profunda do setor económico, as empreitadas em curso como a Reabilitação da Frente Ribeirinha, do Centro Tecnológico e de Empreendedorismo, Áreas de Acolhimento Empresarial, Rede de água e Saneamento à Vila do Caramulo, Requalificação de Arruamentos na Vila do Caramulo, Construção do Centro Oficial de Recolha de Animais, Ampliação da Etar da ZIM do Lajedo, continuam a decorrer, não passando incólumes aos efeitos, quer da pandemia quer do conflito armado, com efeitos profundos no domínio da revisão de preços que atingem valores históricos, com profundas implicações no orçamento municipal.

No âmbito do investimento público destaca-se a conclusão da requalificação de espaços de lazer e a beneficiação de arruamentos no perímetro urbano do Caramulo, no valor de 556 678,53€, e a repavimentação de arruamentos nas freguesias de Molelos, Dardavaz e Mouraz, no valor de 392 913,96€, e a abertura do procedimento concursal da empreitada “Construção, ampliação/requalificação da ZIM do Lagedo” composta por 4 lotes.

Durante 2022 decorre o processo inicio do funcionamento da AINTAR, inicialmente num período transitório de 6 meses, tendo-se procedido à assinatura pública dos Contratos de Empreitada Lote 1 e 2 do Sistema de Redes de Saneamento - Norte de Tondela, no valor de 1.703.414,12€ para o lote 1 e lote 2 de 1.018.049,07 €.

A 1 de abril de 2022, inicia-se o processo de transferência de competências na área da educação. Um processo complexo, obrigatório e desajustado da realidade económica atual, acarretando um conjunto de responsabilidades financeiras profundamente desajustadas do pacote financeiro de transferência. Um aspeto que teve um impacto enorme na gestão financeira de 2022, por força do aumento do preço das matérias primas, com principal destaque para o impacto no custo das refeições escolares e transportes.

Em 2022, são aprovadas as seguintes candidaturas ao PRR:

Reabilitação da UCS Pólo Caramulo - 291 298,25 €

Requalificação USF de Tondela - 1 764 642,02 €

Loja do Cidadão – 799.346,00€

No que concerne ao Turismo o concelho de Tondela regista, no ano de 2022, perto de 32 mil dormidas de acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE). Tondela foi o terceiro município da região Viseu Dão Lafões com mais pessoas a ficarem alojadas em unidades hoteleiras

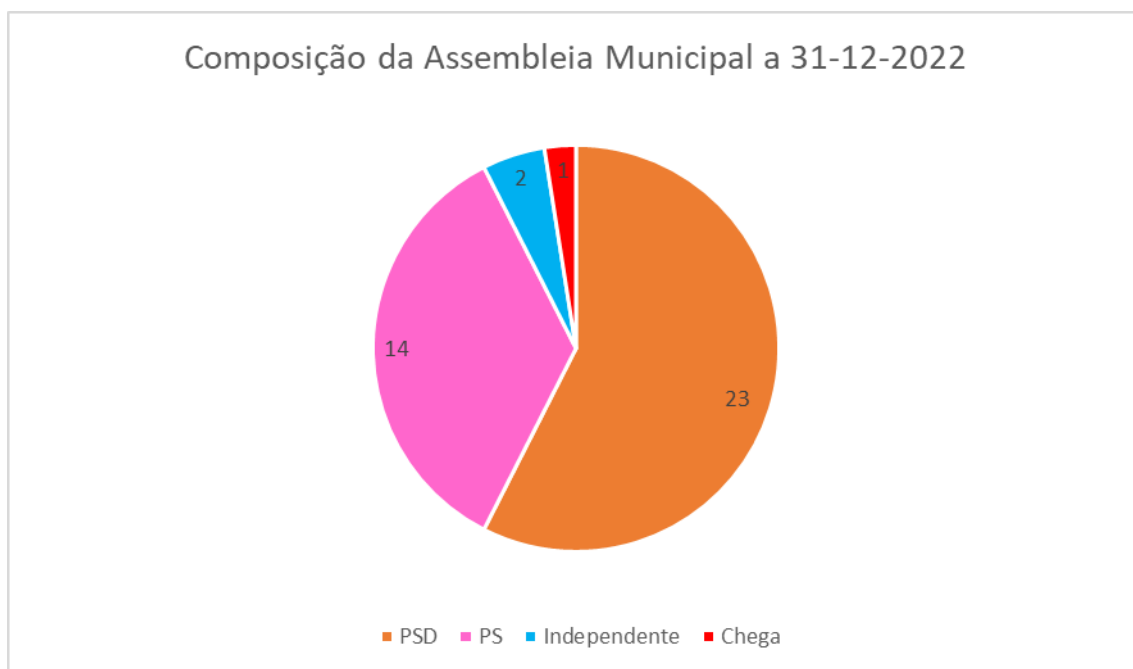
Em relação ao urbanismo e ordenamento do território, destaca-se o trabalho desenvolvido pela equipa da Revisão do PDM, de modo a incorporar os pareceres das várias entidades na sequência da primeira reunião de acompanhamento, bem como o trabalho de recuperação de processos de licenciamento.

No que concerne à Ação Social 2022 é pautado, pela conclusão dos processos de apoio financeiro á requalificação das segundas habitações, bem como o acolhimento dos agregados familiares deslocados ucranianos - apetrechamento das habitações para o efeito dos agregados familiares acolhidos – vindos do Centro de Acolhimento para Refugiados em Cascais.

2. ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO

2.1. Assembleia Municipal de Tondela – órgão deliberativo

De acordo com o exposto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Tondela é constituída por quarenta membros, que tomaram posse no dia quinze de outubro de dois mil e vinte e um. Vinte e um cidadãos diretamente eleitos por escrutínio secreto e universal do colégio eleitoral do concelho e dezanove cidadãos que encabeçaram as listas mais votadas na eleição para as assembleias de freguesia e assembleias de uniões de freguesia.



Mesa da assembleia municipal:

Presidente: António Egrejas Leitão Amaro

1º Secretário: José António Oliveira Dias

2º Secretário: Ana Maria Marques Tavares de Leão

Durante o ano de 2022, a assembleia municipal de Tondela realizou cinco sessões ordinárias, a primeira a vinte e cinco de fevereiro, a segunda a vinte e nove de abril, depois realizou-se outra a vinte e quatro de junho, outra sessão a vinte e três de setembro e a última sessão ordinária a dezassete de dezembro. Ocorreu apenas uma sessão extraordinária, realizada a dez de março de 2022.

Os membros da assembleia municipal em representação do órgão participaram em reuniões de diversos Organismos, a saber:

- Assembleia Municipal na Comunidade Intermunicipal Dão Lafões

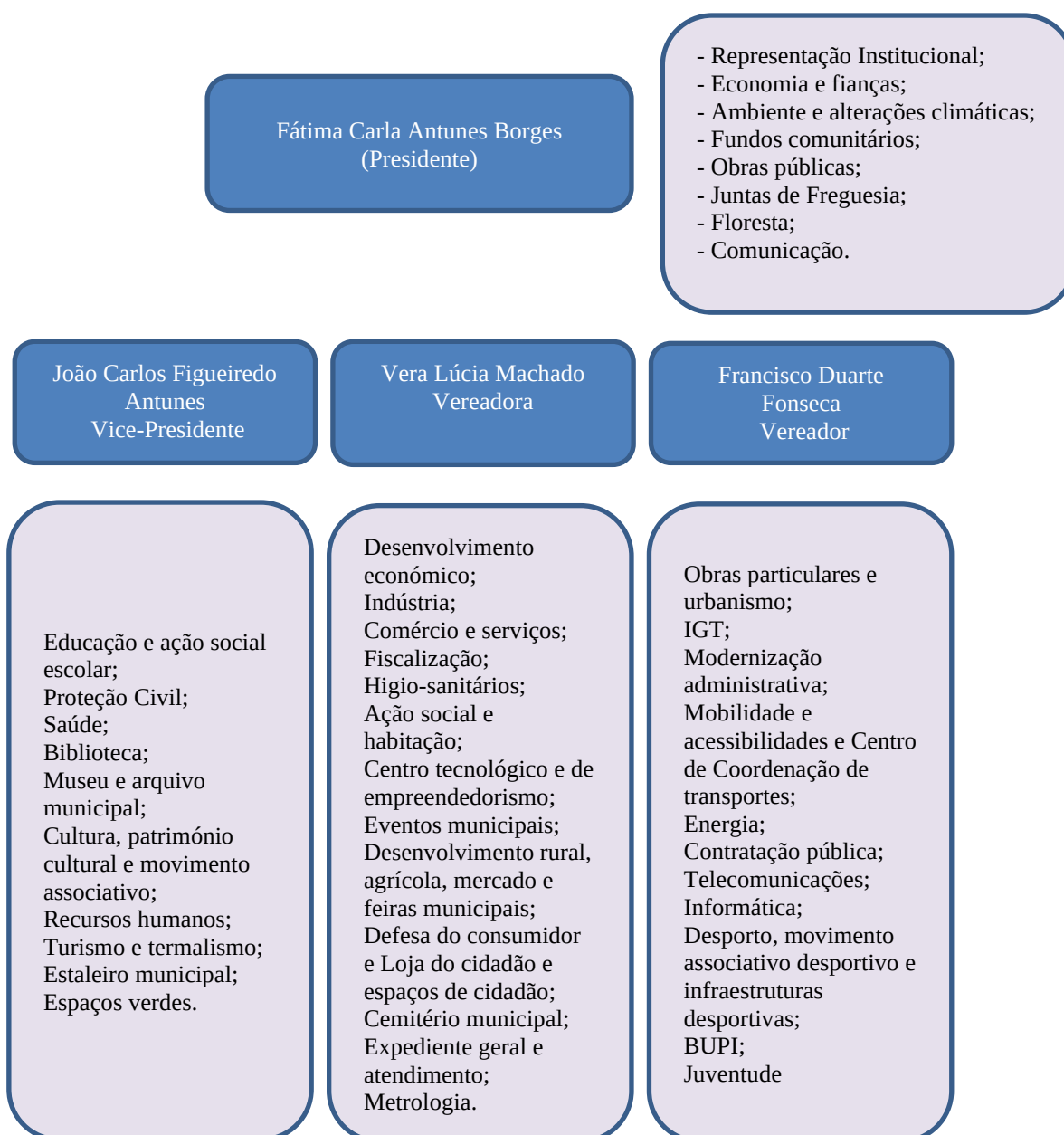
- Associação Nacional de Municípios Portugueses
- Conselho Municipal de Educação
- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco
- Assembleia Municipal de Tondela para o Núcleo Local de Inserção;
- Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais;
- Conselho Cinegético
- ACES Viseu Dão Lafões
- Comissão Municipal de Proteção Civil
- Conselho Local da Ação Social
- Comissão de Acompanhamento da 2ª Revisão do PDM de Tondela
- Comissão de Toponímia
- Conselho Municipal da Juventude
- Equipa para a Igualdade na Vida Local

2.2. Câmara Municipal de Tondela – órgão executivo

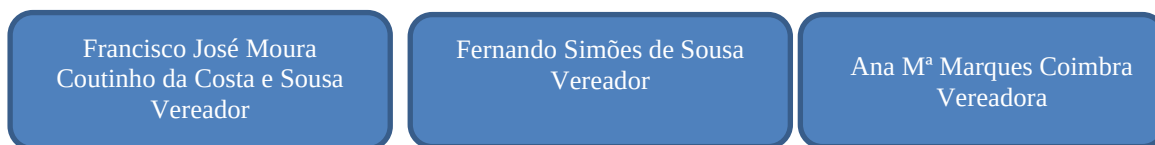
De acordo com o estipulado na Lei 169/99 de 18 de setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de janeiro, o órgão executivo do concelho de Tondela é composto pelo presidente e seis vereadores, visto que, nas eleições autárquicas de 26 de setembro de 2021, o concelho registava um total de 26.726 eleitores.

Durante o ano de 2022, a Câmara Municipal realizou vinte e cinco reuniões ordinárias e treze reuniões extraordinárias.

Executivo Municipal e Distribuição de Pelouros a 31 de dezembro de 2022

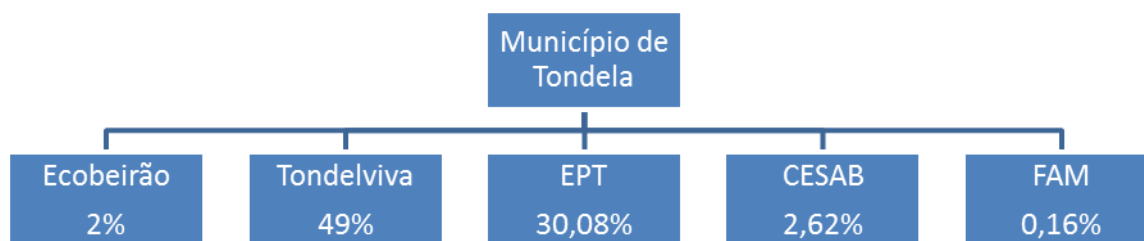


Vereadores sem Pelouros Atribuídos



3. PARTICIPAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TONDELA

3.1. Participações Societárias em 31 de dezembro de 2021



Ecobeirão – Sociedade de Tratamento de Resíduos Sólidos Planalto Beirão, S.A.

A ECOBEIRÃO tem como missão a promoção dos interesses dos seus associados na criação de um Sistema Integrado de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos, que permita encontrar soluções de valorização e tratamento dos mesmos, com vista à proteção do Ambiente e à preservação da beleza da região, bem como o seu desenvolvimento estratégico e o domínio da investigação de recursos que potenciem o país como território de desenvolvimento económico e cultural.

Tondelviva – Investimentos Urbanos, S.A.

Sediada na cidade de Tondela, esta sociedade tem como propósito a criação, desenvolvimento, construção, gestão e exploração de áreas de desenvolvimento urbano de construção prioritária, de infraestruturas rodoviárias, desportivas, educativas, culturais e de lazer, de áreas de localização empresarial, parques industriais, parques de negócios, tecnopolos de requalificação urbana, comercial e ambiental.

Atualmente, após a concretização, em anos anteriores, de projetos e investimentos de onde resultaram contratos de sublocação financeira com o Município, esta entidade tem a sua atividade centrada no plano de pagamentos inerente aos compromissos assumidos.

EPT - Escola Profissional de Tondela, CIPRL

É atribuição da Cooperativa Escola Profissional de Tondela contribuir, numa visão abrangente, para a formação integral dos jovens e dos quadros ativos, preparando-os para um exercício profissional adequado, desenvolvendo os mecanismos necessários de aproximação entre a escola e o mundo do trabalho, promovendo também, em conjunto com outros agentes e instituições locais, a concretização de projetos de formação de recursos humanos qualificados que respondam às necessidades do desenvolvimento local e regional.

CESAB - Centro de Serviços do Ambiente

Criada em 1992 com o objetivo de prestar apoio técnico e científico ao desenvolvimento de ações de proteção ambiental, nomeadamente à exploração de sistemas de saneamento básico, ao controlo de águas, quer para abastecimento, quer de águas residuais e ainda de investigação científica e tecnológica na área dos tratamentos de águas.

FAM - Fundo de Apoio Municipal

O FAM é um mecanismo de recuperação financeira dos municípios portugueses, mediante a implementação de medidas de reequilíbrio orçamental, de reestruturação da dívida e, subsidiariamente de assistência financeira.

É um Fundo constituído em partes iguais pelo Estado e pela totalidade dos municípios portugueses, através de um capital social de 650 milhões de euros, visando a recuperação financeira dos municípios em situação de desequilíbrio financeiro, através da implementação de programas de ajustamento municipal.

O FAM foi instituído pela Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, alterada pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho.

3.2. Outras Participações em 31 de dezembro de 2021 – Não Societárias

ANMP - Associação Nacional Municípios Portugueses

A ANMP tem como fim geral a promoção, defesa, dignificação e representação do poder local, em especial a defesa dos municípios e das freguesias perante os órgãos de soberania, a realização de estudos e projetos sobre assuntos relevantes do poder local, a criação e manutenção de serviços de consultadoria e assessoria técnico-jurídica destinada aos seus membros e desenvolvimento de ações de informação dos eleitos locais e de formação e aperfeiçoamento profissional do pessoal da administração local.

AMRPB - Associação Municípios Região Planalto Beirão

Abrangendo atualmente dezanove municípios, a Associação articula os investimentos municipais de interesse intermunicipal e a coordenação das atuações entre municípios e os serviços da administração central e o planeamento das atuações de entidades públicas de carácter supra municipal, na área das redes de abastecimento público, infraestruturas de saneamento básico, tratamento de águas residuais e de resíduos urbanos, permitindo encontrar soluções de valorização e tratamento dos mesmos, com vista à proteção do Ambiente e à preservação da beleza da região.

CIMVDL - Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

Constituída por 14 municípios, a CIMVDL visa a promoção do planeamento e da gestão estratégica de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido pela comunidade, a articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal, a participação na contratualização e gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional no âmbito do Portugal 2020 e o planeamento das atuações de entidades públicas de carter supramunicipal.

ADICES – Associação de Desenvolvimento Local

A ADICES é uma entidade privada sem fins lucrativos que tem por objeto “promover o desenvolvimento local e regional integrado através da dinamização sociocultural e económica e da promoção de iniciativas nas áreas dos recursos humanos, da formação, do ambiente, da igualdade de oportunidades e do género, do turismo e do património, da cultura e do apoio às atividades produtivas”. A Associação promove também os estudos, a investigação, a cooperação e a atuação no âmbito do desenvolvimento local e regional em articulação com outras entidades públicas e privadas que prossigam os mesmos fins.

TCP - Turismo Centro Portugal

Este organismo público privilegia principalmente a valorização turística do território, visando o aproveitamento sustentado dos recursos turísticos, da promoção turística, do estabelecimento de parcerias, da instalação, exploração e funcionamento da oferta turística e da formação e certificação profissional, no quadro das orientações e diretrizes da política de turismo definida pelo Governo e nos planos plurianuais das administrações central e local.

Associação das Termas de Portugal

Constituída a 16 de Dezembro de 1996 e com um universo de 38 associados, tem como objetivo o estudo e desenvolvimento dos interesses relativos ao termalismo e às estâncias termais, a prática e a promoção de tudo o que possa contribuir para o progresso técnico, económico ou social. Nomeadamente pretende valorizar, a nível nacional, a projeção socioeconómica dos sectores nela integrados, unir todos os associados com vista à defesa dos seus legítimos interesses e ao exercício comum dos seus direitos e obrigações e a sua representação junto das entidades públicas e privadas bem como de organizações patronais e de trabalhadores.

Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2 (EN2)

A ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA ROTA DA ESTRADA NACIONAL 2 é uma Pessoa Coletiva de Direito Privado de natureza associativa e âmbito territorial, e visa a realização de interesses comuns aos Municípios que a integram, a saber: Chaves; Vila Pouca; Vila Real; Santa Marta de Penaguião; Régua; Lamego; Castro Daire; Viseu; Tondela; Santa Comba Dão; Penacova; Vila Nova de Poiares; Góis; Pedrogão Grande; Sertão; Lousã; Vila de Rei; Sardoal; Abrantes; Ponte de Sor; Montemor-o-Novo; Viana do Alentejo; Castro Verde; Aljustrel; Almodôvar; Loulé; São Brás de Alportel e Faro.

Esta entidade tem como fim principal o desenvolvimento turístico, e a promoção económica e cultural dos Municípios que foram atravessados pela antiga Estrada Nacional nº 2; bem como prosseguir o desenvolvimento de projetos comuns com outras associações/entidades, podendo submeter candidaturas a fundos estruturais de financiamento, que vise a valorização da referida Rota.

Outro dos propósitos desta instituição é a recuperação do património edificado constante ao longo da estrada, sendo esta a segunda maior via do mundo.

Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica

Esta associação sem fins lucrativos, tem como associados fundadores catorze municípios, em que a principal finalidade é a defesa, a valorização e a divulgação do património cultural e histórico cerâmico, bem como o intercâmbio de experiências entre os associados, nomeadamente a nível da conservação do património, o estabelecimento de parcerias entre cidades e vilas com vínculos tradicionais à cerâmica, seja do tipo produtivo, cultural ou de qualquer outro âmbito.

Tem ainda por objetivo a promoção da criação artística e a difusão da cerâmica tradicional e contemporânea, bem como o incentivo de relações de cooperação e intercâmbios entre os municípios associados a nível nacional ou na rede europeia.

Refira-se que a associação só foi constituída formalmente no decorrer do ano de 2018.

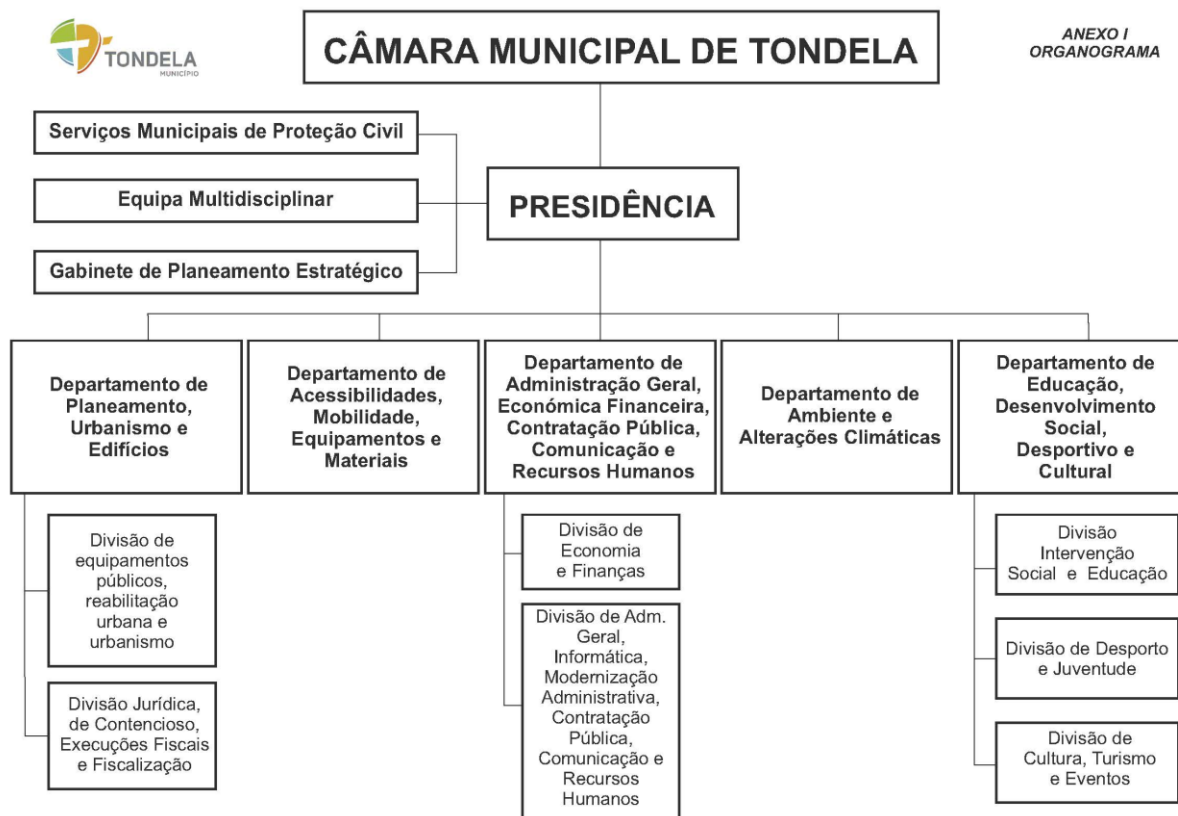
Federação Portuguesa dos Caminhos de Santiago

Esta federação, criada em maio de 2019, conta com cerca de meia centena de associados em território português, entre Municípios e associações de apoio aos peregrinos.

Possui como principais responsabilidades servir de plataforma de comunicação com as entidades nacionais (Turismo, Cultura, Igreja e Associações) e internacionais, através da Federação Europeia dos Caminhos de Santiago, Fundação Xacobeo e Instituto Cultural do Conselho da Europa; proceder à promoção dos Caminhos Portugueses de Santiago a nível nacional e internacional; organizar eventos e seminários relacionados com a temática dos Caminhos de Santiago e ainda, tendo em vista o atual DL 52/2019 apoiar os procedimentos para as respetivas certificações dos Caminhos de Santiago Portugueses, assim como a Certificação como Itinerários Culturais Europeus.

4. ESTRUTURA ORGÂNICA DO MUNICÍPIO

De acordo com o estipulado na Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, a Assembleia Municipal do Município de Tondela, na sessão ordinária de 27 de fevereiro, aprovou, sob proposta da Câmara Municipal, que aprovou em reunião ordinária de 24 de fevereiro de 2015, a reorganização dos serviços municipais do Município de Tondela.



DIRETORES DE DEPARTAMENTO EM 31-12-2022

- **Departamento de Planeamento, Urbanismo e Edifícios:** Arq. Ernesto Manuel Matos Pereira;
- **Departamento de Acessibilidades Mobilidade, Equipamentos e Materiais:** Eng.º António José Ferreira Silva;
- **Departamento de Administração Geral, Económica e Financeira, Contratação Pública, Comunicação e Recursos Humanos:** Eng.º Manuel Augusto Dias Andrade;

- **Departamento de Ambiente e Alterações Climáticas:** Eng^a Maria João Frutuoso Fernandes;
- **Departamento de Educação, Desenvolvimento Social, Desportivo e Social:** Dr^a Raquel Maria Seabra Nunes;

5. RECURSOS HUMANOS

No ano de 2022, em matéria de recursos humanos relacionado com os seus trabalhadores, o Município registou as evidências apresentadas no quadro seguinte:

Período de relato: 01-01-2022 a 31-12-2022	
Informação Geral	
Número médio de trabalhadores	404
Total de trabalhadores no início do exercício	331
Total de trabalhadores no final do exercício	476
Fluxos de entradas e de saídas	
N.º de trabalhadores admitidos e regressados	172
N.º de trabalhadores que saíram durante o exercício	27

6. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A presente análise orçamental procura dar conta da execução das receitas e das despesas, permitindo assim acompanhar de forma sintética todo o processo de arrecadação das receitas e de realização das despesas. Os valores respeitantes à execução orçamental do exercício económico de 2022 encontram-se resumidos no quadro que a seguir se apresenta, verificando-se que a receita bruta global ascendeu a 27.228.370,69 euros dos quais 26.969.283,68 euros provêm de receitas orçamentais e 259.087,01 euros correspondem à entrada de fundos por Operações de Tesouraria.

Analisando da mesma forma a despesa, constata-se que a despesa global paga ascendeu a 27.538.831,22 euros, dos quais 27.433.937,64 euros correspondem a despesas orçamentais e 104.893,58 euros correspondem a saídas por Operações de Tesouraria, existindo um saldo inicial de 9.718.616,18 euros, transitando para a gerência seguinte o montante de 9.408.155,65 euros.

Composição	Operações orçamentais	Operações não orçamentais	Total
	em euros	em euros	em euros
Saldo da gerência anterior	8 210 445,78	1 508 170,40	9 718 616,18
Receitas	26 969 283,68	259 087,01	27 228 370,69
Despesas	27 433 937,64	104 893,58	27 538 831,22
Saldo para a gerência seguinte	7 745 791,82	1 662 363,83	9 408 155,65

O grau de execução da receita, referente ao ano de 2022, foi de 85,63% e o da despesa de 65,54%, tendo por sua vez o Plano Plurianual de Investimentos apresentado um coeficiente de realização global de 58,91% o que correspondeu a um montante de 5.928.143,30 euros e as Grandes Opções do Plano apresentaram um grau anual de execução de 60,23%.

Princípio do equilíbrio orçamental

O princípio do equilíbrio orçamental, determina que “o orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e as Receitas Correntes devem ser pelo menos, iguais as Despesas Correntes”.

Para efeitos do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, conjugado com o artigo 83.º da mesma Lei, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.

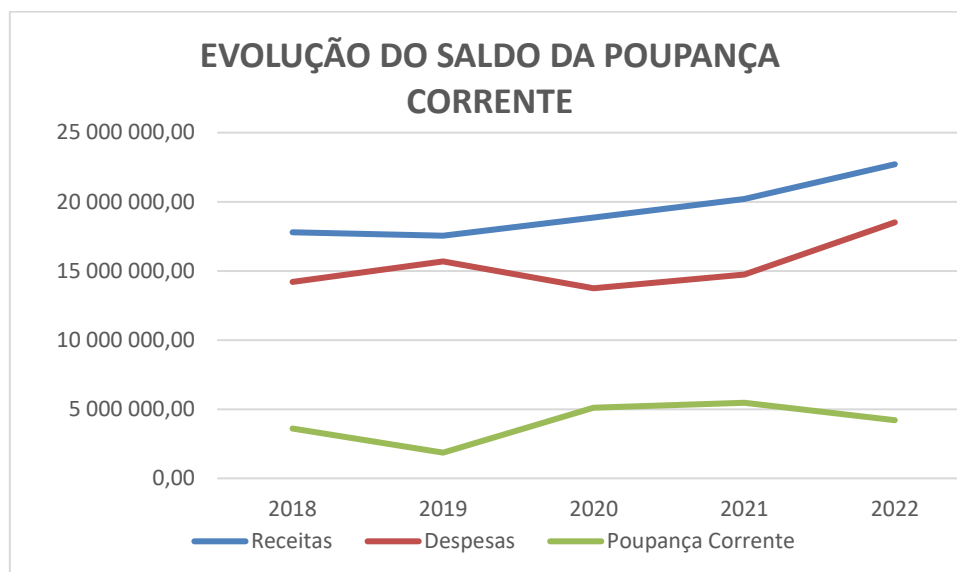
Nos quadros seguintes apresenta-se a situação do Município de Tondela relativamente ao ano de 2022:

Amortizações médias de empréstimos existentes									
Instituição Financeira	Empréstimo	Data de contrato	Prazo contratado (em anos)	Anos decorridos em 31-12-2013	Dívida em 31-12-2013	Valor Contratado/ Utilizado (novos)	ISENTO (Sim/Não)	Vida útil	Amortizações médias de empréstimos existentes
CGD	Aquisição habitação a custos controlados	26/12/2006	25	7	501 889,93		Sim	19	26 415,26
CGD	Aquisição habitação custos controlados	26/12/2006	25	7	559 192,77		Sim	19	29 431,20
CGD	Vários Investimentos	29/09/2016	10			4 000 000,00	Não	10	400 000,00
					1 061 082,70	4 000 000,00			455 846,46

Teste ao Princípio do Equilíbrio Orçamental art.º 40.º conjugado com o artigo 83.º da Lei n.º 73/2013, de 03-09-2013		Execução Orçamental em 31-12-2022
(1)	Valor das receitas correntes brutas	22 985 653,57 €
(2)	Amortizações médias de empréstimos existentes a 01-01-2014	55 846,46 €
(3)	Amortização média de empréstimos contratados	400 000,00 €
(4)=(1)-(2)-(3)	Limite às despesas correntes	22 529 807,11 €
(5)	Despesa corrente	18 751 640,09 €
(6)=(4)-(5)	Margem	3 778 167,02 €

Da análise do teste ao princípio do equilíbrio orçamental, no quadro acima, podemos constatar que o Município, apresenta uma **margem** face ao limite das despesas correntes de **3.778.167,02 €**.

Conforme se demonstra no mapa anterior, o Município de Tondela, registou, em 2022, receitas correntes suficientes para fazer face às despesas do mesmo tipo.



Observando o gráfico supra apresentado, verifica-se que as receitas foram sempre suficientes para cobrir as despesas do mesmo tipo, observando-se uma tendência crescente desde 2020. Relativamente à poupança corrente, observa-se um decréscimo quando comparado com o ano anterior.

6.1. Orçamento

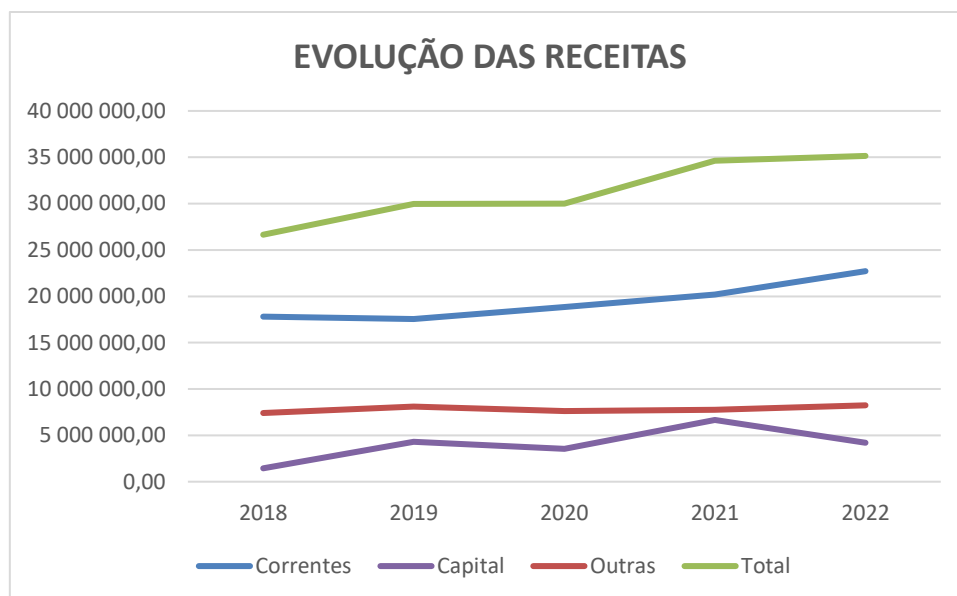
No presente capítulo é feita a análise do desempenho da Receita e da Despesa, tomando-se como referência a apreciação da estrutura orçamental e sua evolução.

Para uma avaliação mais pormenorizada da execução do Orçamento, apresentam-se em anexo a este relatório os mapas do Controlo Orçamental da Receita e da Despesa.

6.1.1. Orçamento da Receita

6.1.1.1. Evolução da Receita

O gráfico abaixo apresentado permite visualizar a evolução global do agregado das receitas, bem como o comportamento de cada uma das suas componentes económicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital.



O gráfico mostra que as Receitas Totais em 2022 atingiram o montante de aproximadamente 35 Milhões €, apresentando um ligeiro acréscimo face ao ano anterior, em cerca de 534.000,00€. Verifica-se, no ano de 2022, um aumento do valor das receitas correntes comparativamente ao ano transato, no valor de 2 508 354,33 €. Inversamente, as transferências de capital registaram uma variação de -2 464 208,10 €, em relação ao ano de 2021. As outras receitas, que incluem os valores referentes ao saldo da gerência e às reposições não abatidas aos pagamentos, registam uma evolução crescente nos últimos três anos, atingindo em 2022 o valor de 8 237 706,43€.

O gráfico a seguir apresentado demonstra as rubricas que maior expressão tiveram no total da receita arrecadada no exercício de 2022:



6.1.1.2. Receitas Correntes

As Receitas Correntes, pela sua natureza, têm uma função importante na gestão financeira da autarquia, uma vez que se trata de um fluxo monetário relativamente estável.

As receitas correntes situaram-se na ordem dos 96%, destacando-se claramente, as rubricas dos impostos diretos (IMI, IUC, IMT e Derrama) e das transferências correntes (FEF, FSM, Participação variável do IRS) como se pode verificar no gráfico da execução da receita apresentado anteriormente.

A estrutura e execução da receita corrente encontra-se apresentada com maior detalhe no quadro seguinte.

Composição	Orçamento Final		Execução		Desvio	Grau de Execução
	€	%	€	%	€	%
01. Impostos diretos	5 765 548,77	24,49%	5 766 720,06	25,39%	1 171,29	100,02%
04. Taxas, multas e outras penalidades	504 046,78	2,14%	480 547,74	2,12%	-23 499,04	95,34%
05. Rendimentos de propriedade	1 170 003,00	4,97%	965 557,70	4,25%	-204 445,30	82,53%
06. Transferências correntes	14 371 302,04	61,04%	13 997 691,83	61,63%	-373 610,21	97,40%
07. Vendas de bens e serviços correntes	1 558 434,00	6,62%	1 444 590,77	6,36%	-113 843,23	92,70%
08. Outras receitas correntes	173 603,00	0,74%	57 261,79	0,25%	-116 341,21	32,98%
Total das Receitas correntes	23 542 937,59	100,00%	22 712 369,89	100,00%	-830 567,70	96,47%

Destaca-se aqui, a receita proveniente da cobrança IMI, no valor de 2 816 886,55€, bem como da Derrama com um valor de 1 317 910,69€. No que concerne às transferências correntes, realçam-se os valores referentes ao Fundo de Equilíbrio Financeiro na ordem dos 9 Milhões de euros.

O quadro seguinte, permite visualizar a evolução e capacidade de execução das Receitas Correntes no período considerado:

	2018	2019	2020	2021	2022
Receita Corrente Prevista	18 878 408,10	19 325 657,48	19 653 550,41	19 698 920,00	23 542 937,59
Receita Corrente Executada	17 791 597,36	17 548 080,00	18 848 483,06	20 204 015,56	22 712 369,89
% Execução	94,24%	90,80%	95,90%	102,56%	96,47%

6.1.1.3. Receitas De Capital

O núcleo das Receitas de Capital é constituído essencialmente por Transferências de Capital, representando na sua globalidade 99,91% da receita de capital arrecadada:

Composição	Orçamento Final		Execução		Desvio	Grau de Execução
	€	%	€	%	€	%
09. Venda de bens de investimento	14 688,00	0,16%	1 819,54	0,04%	-12 868,46	12,39%
10. Transferências de capital	7 031 404,25	75,92%	4 190 483,35	99,91%	-2 840 920,90	59,60%
12. Passivos Financeiros	2 206 002,00	23,82%	0,00	0,00%	-2 206 002,00	0,00%
13. Outras receitas de capital	10 001,00	0,11%	2 132,30	0,05%	-7 868,70	21,32%
Total das Receitas de capital	9 262 095,25	100,00%	4 194 435,19	100,00%	-5 067 660,06	45,29%

O quadro demonstra de forma evidente que as Transferências de Capital representam a principal origem de financiamento dos investimentos. Tal dimensão resultou, fundamentalmente, das transferências do Orçamento de Estado (Fundo de Equilíbrio Financeiro) e da Participação Comunitária de Projetos Cofinanciados (FEDER-POCENTRO / FC-POSEUR), que, pese embora tenham sido consideravelmente abaixo do previsto, vieram possibilitar o financiamento de investimentos.

A receita de capital apresentou um grau de execução de 45,29%.

O quadro que a seguir se apresenta mostra a evolução e capacidade de execução das receitas de capital dos últimos 5 anos:

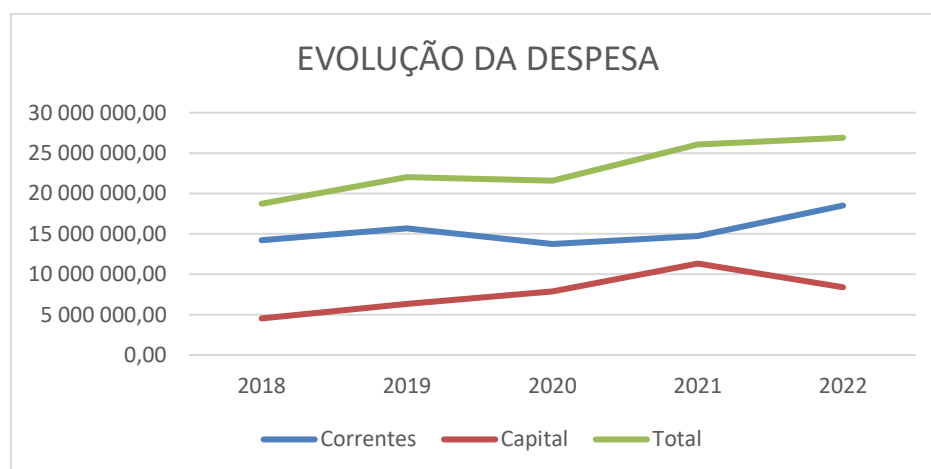
	2018	2019	2020	2021	2022
Receita de Capital Prevista	4 316 621,94	12 349 786,00	13 972 943,86	22 810 583,90	9 262 095,25
Receita de Capital Executada	1 444 684,28	4 301 494,66	3 527 914,47	6 658 643,29	4 194 435,19
% Execução	33,47%	34,83%	25,25%	29,19%	45,29%

6.1.2. Orçamento da Despesa

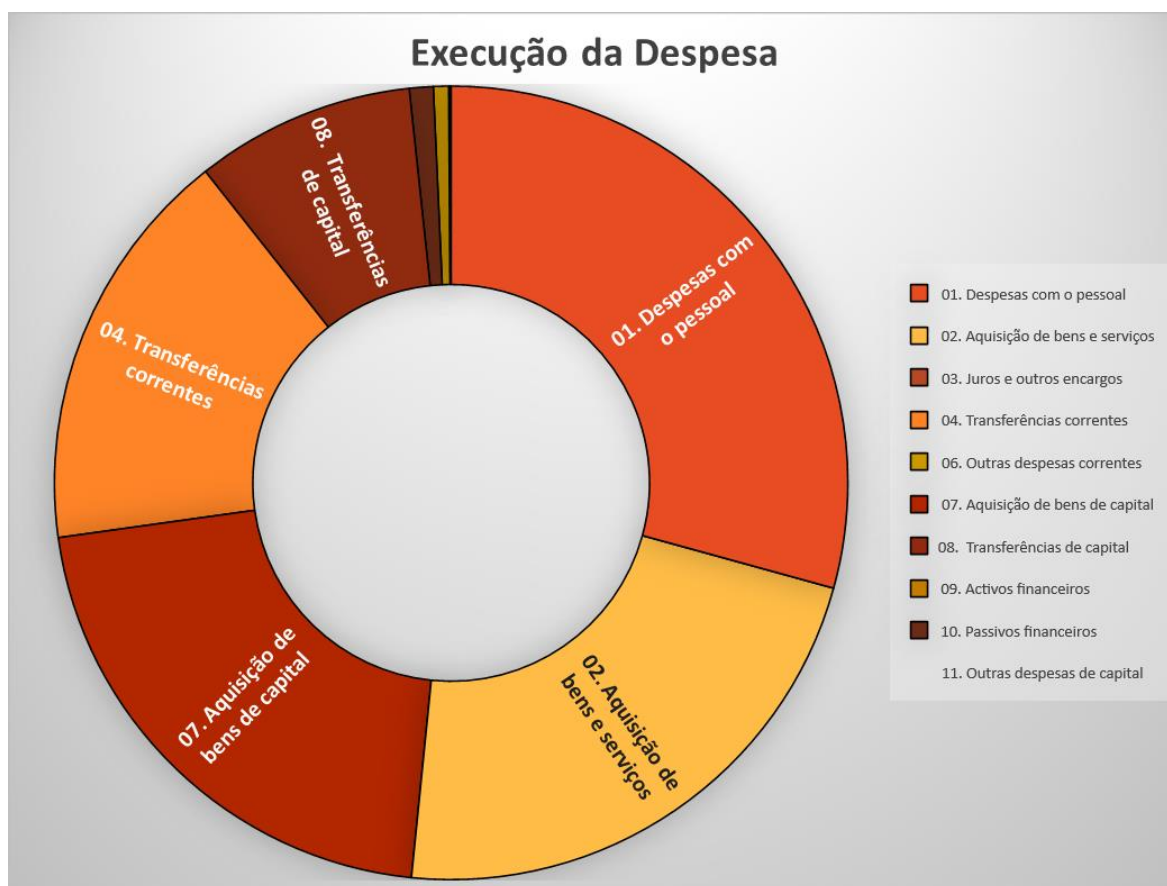
6.1.2.1. Evolução da Despesa

A despesa global realizada atingiu o valor de 26 898 192,53 €, traduzindo-se numa taxa de execução orçamental de 65,54%.

O gráfico que se segue, mostra a evolução da Despesa Corrente e de Capital, verificando-se que a Despesa Corrente paga é o agregado que detém o maior peso na estrutura da despesa municipal, verificando-se inclusivamente, uma tendência de subida das despesas correntes e uma tendência decrescente nas despesas de capital.



O gráfico seguinte demonstra quais as rubricas com maior relevância no total da despesa paga no exercício de 2022:



No exercício de 2022, as rubricas da despesa mais expressivas foram as Aquisições de bens de capital, as Despesas com pessoal, as Aquisição de bens e serviços, e as Transferências correntes.

6.1.2.2. Despesa Corrente

A estrutura e a execução da Despesa Corrente encontram-se apresentadas no quadro seguinte, onde se pode analisar o peso das suas componentes, bem como a respetiva execução. Comparando a estrutura do Orçamento Final com a sua efetiva realização, constata-se que as Despesas Correntes evidenciaram um grau de execução de 70,10% correspondendo a pagamentos no valor de 18 511 213,12€.

Composição	Orçamento Final		Execução		Desvio	Grau de Execução
	€	%	€	%	€	%
01. Despesas com o pessoal	8 383 040,59	31,75%	7 874 936,29	42,54%	-508 104,30	93,94%
02. Aquisição de bens e serviços	12 049 876,78	45,63%	6 003 576,11	32,43%	-6 046 300,67	49,82%
03. Juros e outros encargos	27 272,28	0,10%	8 194,11	0,04%	-19 078,17	30,05%
04. Transferências correntes	5 718 567,00	21,66%	4 457 542,33	24,08%	-1 261 024,67	77,95%
06. Outras despesas correntes	227 246,00	0,86%	166 964,28	0,90%	-60 281,72	73,47%
Total das Despesas correntes	26 406 002,65	100,00%	18 511 213,12	100,00%	-7 894 789,53	70,10%

O quadro evidencia claramente a importância das Despesas com Pessoal e da Aquisição de bens e serviços, as quais representam respetivamente 42,54% e 32,43% do total das Despesas Correntes executadas, que corresponde a despesa paga no valor de 7.874.936,29 € e 6.003.576,11 € respetivamente.

Quanto às restantes rubricas, são também identificadas como relevantes as Transferências Correntes que corresponderam a 24,08 % da totalidade das Despesas Correntes.

A evolução de execução das Despesas Correntes está representada no quadro abaixo:

	2018	2019	2020	2021	2022
Despesa Corrente Prevista	19 358 767,26	21 116 948,91	21 428 483,41	21 537 971,77	26 406 002,65
Despesa Corrente Executada	14 197 324,44	15 689 089,15	13 746 493,58	14 737 277,34	18 511 213,12
% Execução	73,34%	74,30%	64,15%	68,42%	70,10%

6.1.2.3. Despesa de Capital

O quadro seguinte permite observar a desagregação das Despesas de Capital, indicando para as respetivas dotações orçamentais, o volume da despesa paga e respetiva taxa de execução do ano de 2022.

Composição	Orçamento Final		Execução		Desvio	Grau de Execução
	€	%	€	%	€	%
07. Aquisição de bens de capital	10 063 569,62	68,76%	5 701 728,78	67,98%	-4 361 840,84	56,66%
08. Transferências de capital	4 044 346,00	27,63%	2 406 131,84	28,69%	-1 638 214,16	59,49%
09. Activos financeiros	36 188,00	0,25%	18 093,72	0,22%	-18 094,28	50,00%
10. Passivos financeiros	492 600,00	3,37%	261 025,07	3,11%	-231 574,93	52,99%
11. Outras despesas de capital	33,00	0,00%	0,00	0,00%	-33,00	0,00%
Total das Despesas de capital	14 636 736,62	100,00%	8 386 979,41	100,00%	-6 249 757,21	57,30%

As Despesas de Capital realizadas totalizaram no exercício de 2022 o montante de 8.386.979,41 euros, refletindo uma taxa de execução de aproximadamente 57%. A rubrica Aquisição de Bens de Capital, onde estão incluídos todos os investimentos previstos no PPI – Plano Plurianual de Investimentos, que atingiu o valor pago de 5.701.728,78€, representando 67,98% do total das Despesas de Capital, tendo registado uma taxa de execução de 56,66%.

O quadro seguinte permite visualizar a evolução das Despesas de Capital, bem como a sua capacidade de execução no período considerado:

	2018	2019	2020	2021	2022
Despesa de Capital Prevista	11 215 556,89	18 674 490,54	19 674 155,52	28 718 396,01	14 636 736,62
Despesa de Capital Executada	4 530 728,18	6 330 302,45	7 855 255,37	11 325 271,72	8 386 979,41
% Execução	40,40%	33,90%	39,93%	39,44%	57,30%

6.2. Grandes Opções do Plano

A execução das Grandes Opções da Plano representa o quadro de desenvolvimento da intervenção municipal e apresenta as intervenções levadas a cabo pelas várias áreas de atuação, organizadas por programas, projetos e ações.

Do gráfico abaixo podemos concluir que são as funções sociais, com 47%, que assumem a maior fatia da execução das GOP do Município, seguidas das funções económicas que representam 29% da execução.



O quadro seguinte reflete a execução das GOP's por funções, que nos permite analisar o valor que a Autarquia investiu nas diversas áreas durante o exercício económico de 2022 e verificar a execução das GOP por Funções, de onde podemos identificar um nível de execução global de 60,23%:

	Funções Gerais	Funções Sociais	Funções Económicas	Outras Funções	TOTAL
Previsão	4 469 292,20	13 999 259,81	8 770 749,61	2 066 923,00	29 306 224,62
Execução	2 738 617,64	8 342 692,39	5 111 977,11	1 456 441,10	17 649 728,24
Desvio	-1 730 674,56	-5 656 567,42	-3 658 772,50	-610 481,90	-11 656 496,38
Grau de Execução	61,28%	59,59%	58,28%	70,46%	60,23%

Composição		Orçamento Final		Execução		Desvio	Grau de Execução
		€	%	€	%	€	%
01	FUNÇÕES GERAIS	4 469 292,20	15,25%	2 738 617,64	15,52%	-1 730 674,56	61,28%
111	Administração Geral	3 530 214,20	12,05%	2 151 034,71	12,19%	-1 379 179,49	60,93%
121	Protecção Civil e Luta Contra Incêndios	939 078,00	3,20%	587 582,93	3,33%	-351 495,07	62,57%
02	Funções Sociais	13 999 259,81	47,77%	8 342 692,39	47,27%	-5 656 567,42	59,59%
211	Ensino não Superior	1 750 939,00	5,97%	931 484,43	5,28%	-819 454,57	53,20%
212	Serviços Auxiliares de Ensino	2 295 817,00	7,83%	1 464 801,21	8,30%	-831 015,79	63,80%
221	Serviços Individuais de Saúde	1 217 174,96	4,15%	43 961,27	0,25%	-1 173 213,69	3,61%
232	Ação Social	1 196 764,00	4,08%	929 976,68	5,27%	-266 787,32	77,71%
241	Habituação	57 266,61	0,20%	15 663,87	0,09%	-41 602,74	27,35%
242	Ordenamento do Território	137 433,00	0,47%	47 248,50	0,27%	-90 184,50	34,38%
243	Saneamento	2 150 067,67	7,34%	1 052 992,28	5,97%	-1 097 075,39	48,97%
244	Abastecimento de Água	86 379,00	0,29%	29 195,71	0,17%	-57 183,29	33,80%
245	Resíduos Sólidos	1 684 612,00	5,75%	1 289 592,06	7,31%	-395 019,94	76,55%
246	Protecção do M.Ambiente C.Natureza	1 431 907,57	4,89%	926 577,89	5,25%	-505 329,68	64,71%
251	Cultura	833 328,00	2,84%	644 076,21	3,65%	-189 251,79	77,29%
252	Desporto, Recreio e Lazer	1 031 657,00	3,52%	875 413,65	4,96%	-156 243,35	84,86%
253	Outras Actividades Cívicas e Religiosas	125 914,00	0,43%	91 708,63	0,52%	-34 205,37	72,83%
03	Funções Económicas	8 770 749,61	29,93%	5 111 977,11	28,96%	-3 658 772,50	58,28%
310	Agricultura Pec. Silv. Caça e Pesca	39 501,00	0,13%	9 275,00	0,05%	-30 226,00	23,48%
320	Indústria e Energia	3 539 293,27	12,08%	1 220 244,84	6,91%	-2 319 048,43	34,48%
331	Transportes Rodoviários	2 770 552,65	9,45%	1 884 369,01	10,68%	-886 183,64	68,01%
340	Comércio e Turismo	1 000,00	0,00%	0,00	0,00%	-1 000,00	0,00%
341	Mercados e Feiras	369 875,30	1,26%	355 094,07	2,01%	-14 781,23	96,00%
342	Turismo	1 285 392,00	4,39%	924 545,06	5,24%	-360 846,94	71,93%
350	Outras Funções Económicas	765 135,39	2,61%	718 449,13	4,07%	-46 686,26	93,90%
04	Outras Funções	2 066 923,00	7,05%	1 456 441,10	8,25%	-610 481,90	70,46%
420	Transferências entre administrações	674 923,00	2,30%	497 078,07	2,82%	-177 844,93	73,65%
430	Diversas não Especificadas	1 392 000,00	4,75%	959 363,03	5,44%	-432 636,97	68,92%
TOTAL DAS GOP's		29 306 224,62	100,00%	17 649 728,24	100,00%	-11 656 496,38	60,23%

Na execução anual das grandes opções do plano, pode verificar-se a situação financeira real de cada projeto à data de 31 de dezembro de 2022.

7. INDICADORES GERAIS DE ATIVIDADE

A elaboração dos indicadores/rácios de gestão e de atividade exige uma utilização bastante cuidadosa, uma vez que não existem definições normalizadas e uniformizadas e, por outro lado, traduzem apenas dados quantitativos e não qualitativos.

A interpretação destes indicadores deve ter em conta as especificidades do Município, também a rendibilidade do capital próprio tem que ser efetuada na perspetiva de que os Municípios visam prosseguir os interesses próprios das populações respetivas (Constituição República Portuguesa).

Apresenta-se a evolução do Município de Tondela, nos últimos anos através da análise de alguns rácios.

Rácios de estrutura - permitem evidenciar o peso de certos elementos da receita ou da despesa no total das receitas ou das despesas, convém refletir o peso das receitas relativas aos impostos diretos, aos fundos municipais correntes e de capital, aos fundos comunitários, à venda de bens e serviços, aos passivos financeiros, entre outros.

RÁCIOS DE ESTRUTURA (%)		2018	2019	2020	2021	2022
1	Impostos diretos / Receitas correntes	23,84%	25,31%	25,83%	27,61%	25,39%
2	Transferências correntes / Receitas correntes	59,18%	57,05%	59,32%	58,74%	61,63%
3	Transferências capital / Receitas de capital	91,44%	98,81%	97,64%	91,52%	99,91%
4	Passivos financeiros / Receitas de capital	0,00%	0,00%	6,47%	7,40%	6,22%
5	Receitas correntes / Receitas totais	66,77%	58,57%	62,83%	58,40%	64,63%

Rácios de gestão – permitem evidenciar a relação entre receitas e despesas correntes e de capital, analisamos também o peso das despesas de pessoal relacionadas com o total das receitas e despesas correntes.

RÁCIOS DE GESTÃO (%)		2018	2019	2020	2021	2022
6	Despesas correntes / Receitas líquidas correntes	80,61%	91,70%	72,93%	74,08%	81,50%
7	Despesas capital / Receitas de capital	320,41%	149,50%	222,66%	171,79%	199,95%
8	Pessoal / Receitas líquidas correntes	29,35%	32,33%	31,79%	30,66%	34,67%
9	Pessoal / Despesas correntes	36,41%	35,26%	43,60%	41,39%	42,54%

Rácios de investimento e produtividade - traduzem o desenvolvimento das competências e atividades municipais, na prossecução do interesse público, com o objetivo da satisfação das necessidades coletivas das populações, relacionadas com as funções gerais, sociais, económicas e outras.

RÁCIOS DE INVESTIMENTO (%)		2018	2019	2020	2021	2022
10	Investimentos* / Despesa capital	61,96%	68,79%	71,66%	72,10%	68,20%
11	Investimentos* / Despesa total	15,12%	19,64%	26,06%	31,22%	21,26%
RÁCIOS DE PRODUTIVIDADE		2018	2019	2020	2021	2022
12	Investimentos* / Total funcionários	10 863,39	13 955,57	18 275,91	25 069,39	12 016,43
13	Receita total / Total funcionários	100 927,19	94 515,40	97 405,97	105 263,86	73 833,01

7.1. Análise da Situação Económica e Financeira

7.1.1. Situação Financeira

7.1.1.1. Análise Balanço

VALOR DE BALANÇO		2020	2021	2022	Varição 2021-2022
Ativo Não Corrente		79 375 104,02	76 938 055,27	82 586 315,16	5 648 259,89
Ativo Circulante		14 955 026,62	15 897 229,17	15 903 970,19	6 741,02
Património Líquido		85 841 121,78	79 183 662,15	81 935 131,02	2 751 468,87
Passivo Exigível M/L Prazos		5 635 899,73	9 533 357,70	11 898 608,45	2 365 250,75
Passivo Exigível Curto Prazo		2 853 109,13	4 118 264,59	4 656 545,88	538 281,29
RÁCIOS		2020	2021	2022	
Liquidez Geral	Ativo circulante / Exigível a curto prazo	5,24	3,86	3,42	
Solvabilidade	Recursos próprios / Recursos alheios	10,11	5,80	4,95	
Endividamento	Passivo / Ativo líquido * 100	9,0%	14,7%	16,8%	
Autonomia Financeira	Ativo Líquido / Fundos Próprios *	91,00%	85,29%	83,19%	

Em 2022 e face ao ano anterior, o Ativo total apresenta um aumento de 5.655.000,91 €, justificado maioritariamente pelo aumento dos ativos fixos tangíveis.

O Património Líquido sofreu um incremento de 2.751.468,87 € face a 2021, devido sobretudo ao aumento das Outras Variações no Património Líquido.

O Passivo total, aumentou aproximadamente 2,9 milhões de euros, sobretudo através da rubrica de diferimentos relacionados com o reconhecimento de verbas a receber de diversas obras.

Em termos de rácios, em 2022 a liquidez geral é de 3,42, ou seja, o ativo corrente cobre 3,42 vezes o passivo corrente. Em 2022 a autonomia financeira foi de 83,19%, registando uma ligeira diminuição face ao valor de 2021.

7.1.1.2. Análise Demonstração de Resultados

No ano económico de 2022, registou-se um resultado líquido negativo de -317.019,40€.

DESIGNAÇÃO	ANOS					
	2019	2020	2021	2022	Variação 2021-2022	% Variação
EBITDA	5 437 188,57	5 766 634,81	5 600 291,24	5 095 081,53	-505 209,71	-9,02%
Resultados operacionais	541 520,68	832 678,98	520 832,15	-297 303,20	-818 135,35	-157,08%
Resultado líquido do exercício	512 342,14	807 509,80	504 631,51	-317 019,40	-821 650,91	-162,82%

Relativamente ao que se tem verificado em anos transatos, verifica-se um registo atípico, com um resultado líquido negativo, mas com causas identificadas e justificadas. Com a assunção da transferência de competências no domínio da educação por parte do Município, consubstanciado pelo Decreto-Lei nº 21/2019 de 30 de janeiro, foram assumidos no ano de 2022, diversos gastos que, até então, não se encontravam na esfera Municipal, nomeadamente gastos com o pessoal não docente pertencentes aos agrupamentos de escolas, gastos com fornecimentos e serviços externos decorrentes do cumprimento do normal funcionamento dos edifícios escolares (gás, eletricidade, comunicações, combustíveis, entre outros), e ainda, decorrente da transferência da titularidade de alguns imóveis pertencentes ao estado, o valor das respetivas depreciações dos edifícios. A situação descrita, pode ser observada no quadro apresentado na página seguinte, onde se encontram os valores totais de gastos para o ano de 2022 e as respetivas variações face ao ano transato.

Sendo certo que algumas das rubricas de rendimentos, sofreram um incremento por força do financiamento adicional para cumprimento da transferência de competências, constata-se que este não é suficiente para cobrir todas as despesas associadas. Facto que pode ser comprovado através das diferenças de variação dos rendimentos e dos gastos apresentados nos quadros seguintes.

A acrescer à justificação apresentada anteriormente, realça-se também o facto, de alguma da faturação relacionada com o procedimento de aquisição de energia elétrica para os edifícios e iluminação pública, para os anos económicos de 2020, 2021 e 2022 (o contrato findou em agosto de 2022), adjudicado à empresa Endesa Energia, S.A., ter sofrido constrangimentos vários, relacionados com diferendos entre o Município e a entidade relativamente aos valores faturados bem como dos descritivos apresentados nas faturas, levando a que parte da faturação tenha sido registada apenas no ano de 2022 (em receção e conferência), mas

respeitante a períodos de faturação do ano de 2021. Logicamente que esta situação, provocou um aumento inesperado dos gastos registados no ano de 2022, contribuindo também de alguma forma, para que o resultado líquido tenha atingido valores negativos.

Rendimentos	31/12/2022	Peso	31/12/2021	Variação 2021-2022	% Variação
Impostos diretos	5 084 601,76	18,72%	4 759 440,69	325 161,07	7%
Impostos indiretos	883 532,39	3,25%	1 020 006,74	- 136 474,35	-13%
Taxas, multas e outras penalidades	507 724,69	1,87%	190 946,34	316 778,35	166%
Serviços específicos das autarquias locais	1 360 009,50	5,01%	1 316 934,48	43 075,02	3%
Transferências e subsídios obtidos	14 427 303,60	53,12%	11 932 653,07	2 494 650,53	21%
Reversões		0,00%	19 903,57	- 19 903,57	-100%
Outros rendimentos	4 881 985,28	17,98%	5 633 737,04	- 751 751,76	-13%
Juros, dividendos e outros rendimentos s	12 773,26	0,05%	-	12 773,26	100%
Total	27 157 930,48	100,00%	24 873 621,93	2 271 535,29	9%

A 31 de dezembro de 2022, o valor total de rendimentos obtidos ascendeu a 27.157.930,48 €, destacando-se em termos de variação positiva, a rubrica de Taxas, Multas e Outras Penalidades, bem como as Transferências e Subsídios Obtidos.

Inversamente, registam-se algumas quebras nas rubricas de rendimentos, com particular incidência para a rubrica de Outros Rendimentos, com uma redução de 751.751,76 € comparativamente ao ano de 2021.

Estruturalmente, à semelhança do ocorrido em anos anteriores, o item com maior peso na estrutura global continua a ser aquele referente às Transferências e Subsídios Obtidos, com um valor percentual de aproximadamente 53%.

Gastos	31/12/2022	Peso	31/12/2021	Variação 2021-2022	% Variação
Transferências e subsídios concedidos	6 874 172,22	25,02%	6 523 513,90	350 658,32	5%
Gastos Entidades Controladas, Associadas e empreendimentos conjuntos	-	0,00%	20 112,54	- 20 112,54	-100%
Fornecimentos e serviços externos	6 376 781,33	23,21%	5 768 387,40	608 393,93	11%
Gastos com pessoal	8 312 117,60	30,25%	6 351 069,78	1 961 047,82	31%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	5 392 384,73	19,63%	5 079 459,09	312 925,64	6%
Perdas por imparidade	27 436,27	0,10%	24 500,00	2 936,27	-100%
Provisões do período	-	0,00%	-	-	-
Outros gastos	459 568,27	1,67%	585 747,07	- 126 178,80	-22%
Gastos por juros e outros encargos	32 489,46	0,12%	16 200,64	16 288,82	101%
Total	27 474 949,88 €	100,00%	24 368 990,42 €	3 105 959,46	13%

O total de gastos verificado em 2022 ascendeu a 27.474.949,88 €, observando-se um aumento de 3.105.959,46 €, face ao ano de 2021.

De acordo com a imagem apresentada infra, a rubrica que se destaca com a maior subida em termos de valor absoluto, foram os gastos com o pessoal. De seguida, destacam-se as rubricas de Fornecimentos e Serviços Externos e as Transferências e subsídios concedidos como aquelas que registaram aumentos significativos.

Em termos de conceção estrutural, verifica-se que o elemento com maior peso global são os Gastos com o Pessoal, com aproximadamente 30% do valor total. Seguindo-se as Transferências e Subsídios Concedidos e os Fornecimentos e Serviços Externos com maior peso na estrutura global, com aproximadamente, 25% e 23%, respetivamente.

7.1.2. Outros Assuntos

7.1.2.1. Pagamentos em atraso

À data de 31/12/2022, o Município apresentava um *stock* de pagamentos em atraso no valor de 14.771,99 €, valor idêntico ao apresentado no ano anterior.

7.1.2.2. Compromissos futuros

Nos termos do previsto na Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, aprovado pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, cumpre ao Município informar o montante dos compromissos plurianuais existentes a 31 de dezembro de 2022.

Assim, encontram-se devidamente registados na base de dados do Município, pelos montantes globais, em cada ano, os compromissos plurianuais que se evidenciam no quadro seguinte:

Compromissos Plurianuais à data de 31 de dezembro de 2022	
Ano	Montante
2023	10 060 044,51
2024	1 722 746,62
2025	1 529 835,18
2026	1 237 628,75
Seguintes	5 746 957,95

7.1.2.3. Dívida Total

O Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro) veio introduzir novas fórmulas de cálculo e limites do endividamento autárquico, estabelecendo o artigo 52.º da referida lei que “a dívida global total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios anteriores”. Estabelece ainda a alínea a) do n.º 3 do mesmo artigo sempre que um município “não cumpra o limite previsto no n.º 1 deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10% do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido”.

Por outro lado, de acordo com o definido no n.º 5 do referido artigo 52.º, não é considerado o valor dos empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional de projetos com comparticipação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) ou de outros fundos de apoio aos investimentos inscritos no orçamento da União Europeia e o valor das subvenções reembolsáveis ou dos instrumentos financeiros referidos no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.

A Lei do Orçamento do Estado para 2022, n.º número 4 do art.º 86º, estabelece ainda que o montante referente à contribuição de cada município para o Fundo de Apoio Municipal não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Assim o quadro abaixo apresenta o apuramento do cumprimento dos limites de dívida total, sendo que os cálculos foram efetuados com base na informação do Balanço e Fluxos de Caixa.

	2018	2019	2020	2021	2022
DÍVIDA TOTAL	6 503 150,25	6 158 602,30	5 557 235,63	5 373 289,49	5 409 363,37
A13. Dívida do Município	6 128 474,25	5 032 145,38	4 594 939,29	4 562 035,31	4 521 148,59
A13.1 PASSIVO EXIGÍVEL TOTAL	7 331 344,27	6 324 099,93	5 871 594,15	6 088 299,43	6 183 512,42
A13.3 Dívidas não orçamentais	1 030 118,63	1 220 106,60	1 251 429,13	1 508 170,40	1 662 363,83
A13.4 Subvenções reembolsáveis (FEE)	64 188,89	35 660,45	7 132,01	0,00	0,00
A13.5 Fundo de Apoio Municipal	108 562,50	36 187,50	18 093,72	18 093,72	0,00
A13.2 Dívidas do SM + AM + SEL + entidades participadas	374 676,00	1 126 456,92	962 296,34	811 254,18	888 214,78
LIMITE	26 843 992,00	26 821 754,45	26 761 819,71	27 102 690,71	28 319 610,18
MARGEM ABSOLUTA	20 340 841,75	20 663 152,15	21 204 584,08	21 729 401,22	22 910 246,81
PESO DA DÍVIDA NA MÉDIA DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA COBRADA NOS TRÊS ANOS ANTERIORES	0,36	0,34	0,31	0,30	0,29
MARGEM UTILIZÁVEL (20%)	3 977 065,85	4 063 720,84	4 120 643,48	4 188 817,68	4 552 474,91
VALOR UTILIZADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MARGEM POR UTILIZAR	3 977 065,85	4 063 720,84	4 120 643,48	4 188 817,68	4 552 474,91

Da análise dos quadros acima, pode concluir-se que o Município em 01 de janeiro de 2022 tinha uma margem utilizável para dívida total de 4.552.479,91 euros. O montante da dívida total a 31 de dezembro de 2022 ascende 4.521.148,59 euros, representando 29% do limite da dívida total.

8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Tendo em conta que o Resultado Líquido do Exercício (RLE) se apresenta negativo, na ordem dos (317.019,40 €), este valor deve ser aplicado na rubrica de Resultados Transitados.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste relato procurou cumprir-se a função de explicitar, o mais claro possível, o que foi o desempenho das atividades do Município no decurso do ano de 2022.

Orientou-se este relato com preocupações de verdade e transparência.

No cumprimento da alínea i) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, **submetem-se à aprovação da Câmara Municipal** os documentos de prestação de contas do exercício de 2022, constituídos por:

➤ **Demonstrações financeiras (individuais)**

Balanço

Demonstração de resultados por natureza

Demonstração das alterações no património líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Anexo às demonstrações financeiras

➤ **Demonstrações orçamentais**

➤ **Demonstrações previsionais**

Orçamento e Plano Orçamental Plurianual

Plano plurianual de investimentos (PPI)

➤ **Demonstrações de relato (individuais)**

➤ **Documentos genéricos**

para que, possam ser **submetidos à votação e apreciação da Assembleia Municipal**, nos termos da alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da já citada Lei.

Tondela, 13 de abril de 2022